

Release de Resultados 4T18

São Paulo, 22 de março de 2018: CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), (B3: CESP3, CESP5 e CESP6) divulga o release de resultados referentes ao ano de 2018. As informações foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, comparadas com o mesmo período do ano de 2017, exceto onde indicado de outra forma.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2018

- Receita Operacional Líquida de R\$ 1,6 bilhão;
- Resultado Operacional Bruto de R\$ 391 milhões;
- EBITDA Ajustado de R\$ 503 milhões e margem EBITDA de 30,8%;
- Lucro de R\$ 294 milhões;
- Proposta de dividendos de R\$ 297,0 milhões.

Destaques Operacionais e Financeiros (R\$ mil)

	4T18	4T17	Var%	2018	2017	Var%
Receita Operacional Líquida	408.098	394.266	3,5%	1.634.110	1.476.615	10,7%
Resultado Operacional Bruto	43.928	17.678	148,5%	391.501	291.676	34,2%
Margem Bruta	10,8%	4,5%	6,3 p.p.	24,0%	19,8%	4,2 p.p.
EBITDA / LAJIDA	173.333	4.666	3614,8%	613.716	197.276	211,1%
EBITDA Ajustado	64.352	32.816	96,1%	502.660	388.819	29,3%
Margem EBITDA Ajustado	31,1%	49,8%	-0,4 p.p.	30,8%	26,3%	4,4 p.p.
Resultado Financeiro	29.280	(14.836)	-	(13.085)	50.843	-
Lucro Líquido (Prejuízo)	59.253	(132.036)	-144,9%	294.433	(168.528)	-
Dividendos	-	-		297.300	25.680	

TELECONFERÊNCIA 2018 COM TRADUÇÃO SIMULTÂNEA

Data: 27/03/2018

Português e Tradução para o inglês

11h00 (Horário de Brasília)

10h00 (Horário de Nova Iorque)

14h00 (Horário de Londres)

Português

Tel.: +55 11 3181-8565

Código: CESP

Replay: +55 11 3193-1012

Código replay: 5961356#

Webcast: [clique aqui](#)

Inglês

Tel.: +1 (412) 717-9627 / +1 (844) 763-8274

Código: CESP

Replay: +55 11 3193-1012

Código replay: 3238549#

Webcast: [clique aqui](#)

CONTATOS RI

Tel.: +55 11 5613-3626

Fax: +55 11 5612-6849

ricesp@cesp.com.br

www.cesp.com.br

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi emblemático para a CESP, quando em 19 de outubro o Estado de São Paulo vendeu suas ações de controle em leilão de privatização, no qual sagrou-se vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. e SF Ninety Two Participações Societárias S.A.

Portanto, em 11 de dezembro último, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado, resultado da parceria do Grupo Votorantim com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB).

Desde então, a nova administração avançou em ajustes necessários em seu estatuto social, na efetivação de um novo conselho de administração e de gestores executivos e no desenvolvimento de uma agenda estratégica, cujos principais pontos são descritos a seguir:

- Gestão direta, pragmática e com foco na geração contínua e sustentável de valor aos seus acionistas, no desenvolvimento e excelência de seus profissionais e no bem estar e progresso da comunidade, particularmente em suas áreas de atuação.
- Compromisso com o legado da CESP na qualidade técnica de suas operações, seus padrões e sistemas de melhoria contínua em saúde, segurança e respeito ao meio ambiente.
- Aprimoramento das melhores práticas em governança e transparência, com a revisão de seus códigos e políticas, aliados à uma comunicação ativa com seus acionistas e demais contrapartes relevantes.
- Racionalização e busca contínua de geração de valor na gestão operacional de seus ativos.
- Planejamento e gestão proativa da comercialização de energia e do balanço energético da companhia, atenta aos diversos segmentos do mercado consumidor.
- Readequação organizacional, preservando a base de conhecimento e experiência que são referências de mercado, e atraindo, desenvolvendo e capacitando a equipe para os novos desafios de uma empresa privada de ponta.
- Integração de sistemas gerenciais e investimento em tecnologia da informação que permitam avançar na transformação digital, buscando excelência na gestão de custos, gestão de riscos e geração de resultados, produtividade, agilidade e segurança da informação.
- Busca contínua da otimização da estrutura de capital.
- Gestão planejada e proativa do contencioso ativo e passivo da companhia, visando a minimização contínua dos riscos a eles relacionados.

Além das ações mencionadas acima, definimos o organograma gerencial adequado às novas diretrizes da CESP para os próximos anos e concluímos um Programa de Demissão Voluntária (PDV), ajustado à nova realidade da companhia.

Estamos entusiasmados com o ambiente colaborativo, com as oportunidades identificadas e confiantes no processo de transformação em curso.

Fábio Rogério Zanfelic
Diretor Presidente

Mario Bertoncini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, e que tem dentre suas atividades principais o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transporte e armazenamento, distribuição e comércio de energia, principalmente a elétrica, resultante do aproveitamento de rios e outras fontes, mormente as renováveis. A Companhia mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, com um total de 18 unidades geradoras, 1.654,6 MW de capacidade instalada e 1.002,6 MW médios de garantia física de energia.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado e compõem o seguinte Parque Gerador:

Usinas Hidrelétricas	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Vencimentos das Concessões
Porto Primavera	1999	14	1.540,0	941,8	11/07/2028 ⁽¹⁾
Paraibuna	1978	2	87,0	47,5	09/03/2021
Jaguari	1972	2	27,6	13,3	20/05/2020
Total		18	1.654,6	1.002,6	

(1) A partir da assinatura do novo contrato de concessão, o prazo da referida concessão será de 30 anos e a garantia física da usina será de 886,8 MW médios.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A **Produção de Energia Elétrica** da CESP, observados os comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, atingiu **2.429 GWh** no 4T18, 0,4% superior ao mesmo trimestre do ano anterior. No ano de 2018, o volume alcançou **9.275 GWh**, redução de 2% em relação ao ano anterior.

Usinas Hidrelétricas	Produção em MWh			
	4T18	4T17	2018	2017
Porto Primavera	2.357.308	2.264.208	8.887.334	9.027.089
Paraibuna	67.931	124.553	339.195	354.862
Jaguari	3.946	30.995	48.373	91.959
Total	2.429.185	2.419.756	9.274.902	9.473.910

DESEMPENHO OPERACIONAL

A CESP garante o atendimento de seus compromissos comerciais conciliando-os com as exigências regulatórias de disponibilidade e sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade.

A eficiência das usinas do SIN é apurada pelo ONS por meio do Índice de Disponibilidade (ID), determinado com base na garantia física e calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (TEIFa) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP), definidas pela ANEEL.

Em 2018 o valor apurado para o ID foi de 0,9378, superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL para suas usinas, cuja média ponderada para o ID (determinada com base na garantia física) é de 0,9235.

Com relação à TEIFa, que expressa a confiabilidade operacional, o valor apurado na CESP foi de 0,0053, com desempenho significativamente melhor que o valor de referência de 0,0165 estabelecidos pela ANEEL para suas usinas.

A tabela seguinte informa os índices citados anteriormente aferidos nos últimos dois anos.

	Valor ANEEL	2018	2017
ID	0,9235	0,9378	0,9390
Teifa	0,0165	0,0053	0,0048

ID - Índice de Disponibilidade

Teifa - Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA COM VENDAS

A **Receita com Venda de Energia** no 4T18 totalizou **R\$ 484,4 milhões**, 9,1% superior ao valor de R\$ 444,8 milhões do 4T17.

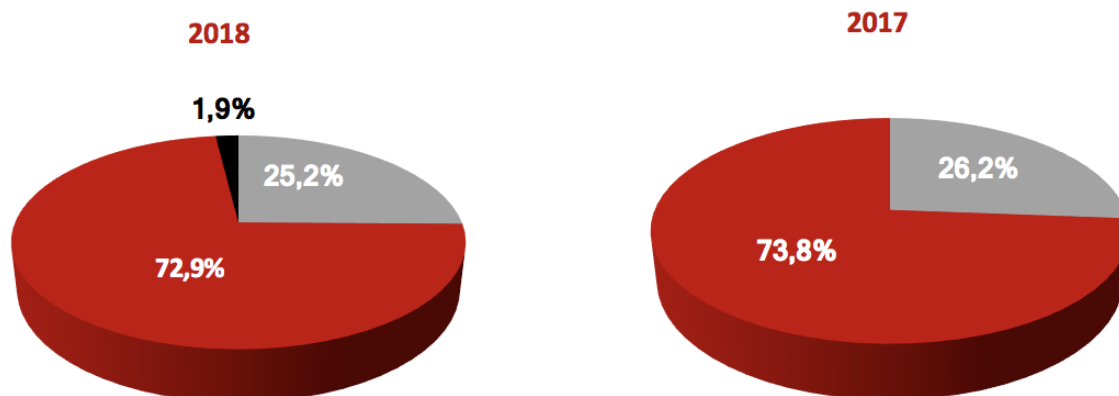
No ano de 2018, a **Receita com Venda de Energia** atingiu **R\$ 1.924,7 milhões**, com acréscimo de 10,3% em relação a 2017 (R\$ 1.745,7 milhões), com destaque para as vendas no mercado livre, com elevação de 7,9% em relação à 2017, decorrente do reajuste de contratos indexados a variação do dólar e IGP-M. O volume total de energia vendida foi de **11.570,3 MWh**, representando aumento de 3,9% em comparação à 2017.

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	4T18	4T17	Var.	2018	2017	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	1.916.964	1.903.191	0,7%	353.104	327.760	7,7%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	522.560	515.759	1,3%	122.155	116.425	4,9%
Mercado de Curto Prazo (MRE+PLD)	115.071	-	-	9.189	-	-
Sub Total	2.554.595	2.418.950	5,6%	484.448	444.185	9,1%
Outras Receitas	-	-	-	628	609	3,1%
Total	2.554.595	2.418.950	5,6%	485.076	444.794	9,1%

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	2018	2017	Var.	2018	2017	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	7.326.812	7.240.825	1,2%	1.341.014	1.242.259	7,9%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	2.014.800	2.014.619	0,0%	463.076	448.408	3,3%
Liquidação na CCEE	365.804	-	-	99.123	32.736	202,8%
Mercado de Curto Prazo (MRE+PLD)	1.862.890	1.875.894	-0,7%	21.525	22.266	-3,3%
Sub Total	11.570.306	11.131.338	3,9%	1.924.738	1.745.669	10,3%
Suprimento de Energia Regime de Cotas	-	-	-	-	1.016	-
Outras Receitas	-	-	-	2.581	3.275	-21,2%
Total	11.570.306	11.131.338	3,9%	1.927.319	1.749.960	10,1%

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

Em 2018, o Ambiente de Contratação Livre (ACL) respondeu por 72,9% do volume de receita, comercializada ao preço médio de R\$ 183,03/MWh, e representando uma elevação de 6,7% frente ao valor de R\$ 171,56 no ano de 2017. Ainda o preço médio do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) foi de R\$ 229,84 um aumento de 3,3% com relação ao preço de R\$ 222,58/MWh de 2017.



■ Ambiente de Contratação Regulada - ACR ■ Ambiente de Contratação Livre - ACL ■ MRE

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os **Custos e as Despesas Operacionais** no 4T18 somaram **R\$ 313,7 milhões**, 45,3% inferior ao valor de R\$ 573,1 milhões do 4T17 e representaram, respectivamente, 76,9% e 145,4% da Receita Líquida.

Os **Custos e as Despesas Operacionais** em 2018 somaram **R\$ 1.336,7**, 16,2% inferior ao valor de R\$ 1.594,5 milhões em 2017 e representaram, respectivamente, 82,0% e 108% da Receita Líquida.

Os principais eventos que impactaram as Demonstrações Financeiras no exercício foram:

- **Passivo Contingente: reversão** de provisões no montante de **R\$ 988 milhões**, classificadas como expectativa de perda provável e por consequência a redução de despesas com atualizações monetárias. Essa reversão foi resultado do acordo com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul e Prefeituras dos Municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, todos da região de influência do reservatório de Porto Primavera, no Estado do Mato Grosso do Sul celebrado em 30 de junho de 2018.

O Acordo objetivou extinguir ações judiciais movidas por aquelas Instituições contra a CESP, e também as obrigações ambientais previstas nos Instrumentos Particulares de Composição Amigável – IPCA's 1998 e no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 2001, substituindo-as pelo compromisso da Companhia cumprir todas as condicionantes da Licença de Operação nº 121/2000 – 2ª Renovação, emitida em 23 de maio de 2018 pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Em síntese, além de cumprir as condicionantes da Licença de Operação, a CESP responsabilizou-se por: (i) concluir o trabalho de proteção de encostas, (ii) **repassar recursos** no montante de **R\$ 2 milhões** para que o **Município de Bataguassu** possa adquirir imóvel para implantação de área de lazer, (iii) entregar obras e equipamentos já concluídos e pendentes de aceite pelos municípios, (iv) destinar ao **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL**, o valor de **R\$ 50 milhões**, divididos em 10 parcelas anuais e sucessivas de R\$ 5 milhões, atualizáveis pela Unidade Fiscal de Referência do Estado do Mato Grosso do Sul, (v) proceder à recuperação ambiental e ao florestamento da Área de Preservação Permanente - APP do reservatório, lado sul mato-grossense, mencionados na Licença de Operação, (vi) incluir as áreas recuperadas mencionadas no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, nas rotinas de monitoramento da APP, (vii) informar ao Ministério Público todos os pontos de embarque construídos ao longo do reservatório, lado sul mato-grossense, (viii) transferir ao Município de Bataguassu o estoque de argila em posse da Companhia e (ix) manter o repasse de verba para manutenção do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, estimado em parcelas anuais de R\$ 3,7 milhões, enquanto perdurar a operação da Usina.

Pelo Acordo, o Estado do Mato Grosso do Sul ficou autorizado a levantar o valor dos **depósitos judiciais** existentes, estimados em cerca de **R\$ 583 milhões** em 31 de março de 2018. As partes outorgam à CESP quitação plena de todas as obrigações previstas no Instrumento de Acordo.

O **Acordo extinguiu** ações judiciais no montante de **R\$ 2.224,8 milhões** movidas pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul e as referidas Prefeituras, sendo que o impacto no resultado da Companhia foi da ordem de **R\$ 353 milhões**. Demonstramos a seguir como essas ações estavam classificadas em relação à expectativa de perda:

Reflexos	Valores em R\$ Mil			
	Ativo	Passivo		Resultado
Item	Cauções e depósitos	Contingência	Outras Obrigações	
Provável				
Ambiental.....	(583.175)	935.042	-	351.867
Cível.....	(72)	53.634	-	53.562
Soma.....	(583.247)	988.676	-	405.429
P.M. Bataguassu.....	-	-	2.000	(2.000)
Estado do MS.....	-	-	50.000	(50.000)
Soma	(583.247)	988.676	52.000	353.429
Possível				
Ambiental.....	-	869.901	-	-
Cível.....	-	34.159	-	-
Soma	-	904.060	-	-
Remota				
Ambiental.....	-	332.132	-	-
Total	(583.247)	2.224.868	52.000	353.429

- **Provisão/Reversão de ajuste ao valor recuperável (impairment): reversão R\$ 63 milhões** no impairment da Usina de Porto Primavera registrado em exercícios anteriores. Reversão esta, resultado do teste de recuperabilidade efetuado, considerando o cenário do novo contrato de outorga de Porto Primavera por um período de concessão da usina de 30 anos a ser formalizado no curto prazo.

UHE	(Em R\$ mil)				
	Valor Contábil	Outorga	Soma	Valor Justo	Ajuste no Resultado
UHE Jaguari.....	27.532	-	27.532	26.910	(622)
UHE Paraibuna.....	51.446	-	51.446	51.446	-
UHE Engº Sérgio Motta.	6.185.527	1.398.703	7.584.230	7.647.504	63.274
Total	6.264.505	1.398.703	7.663.208	7.725.860	62.652

- **Despesa com energia elétrica comprada na – CCEE:** a Companhia foi fortemente impactada pelo GSF – Generation Scaling Factor e pelos altos Preços de Liquidação de Diferenças – PLD, o que se refletiu no montante registrado como despesa com energia comprada de R\$ 819 milhões, ante R\$ 713 milhões de energia comprada na CCEE em 2017.

EBITDA

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 64 milhões no 4T18**, 96,1% superior ao verificado em 4T17 (R\$ 33 milhões), e **R\$ 503 milhões** em 2018, 29,3% maior ao verificado em 2017 (R\$ 389 milhões). A **Margem EBITDA Ajustada** no ano de 2018 **atingiu 30,8%**, contra **26,3%** no ano de 2017.

COMPOSIÇÃO DO EBITDA

EBIT / EBITDA - R\$ mil	4T18	4T17	Var.	2018	2017	Var.
Lucro Líquido	59.253	(132.036)	-144,9%	294.433	(168.528)	-274,7%
IR e Contr. Social Líquidos	64.425	41.684	54,6%	(10.147)	101.524	-110,0%
Resultado Financeiro	(29.280)	14.836	-297,4%	13.085	(50.843)	-125,7%
= EBIT / LAJIR	94.398	(75.516)	-225,0%	297.371	(117.847)	-352,3%
Depreciação/ Amortização	78.935	80.182	-1,6%	316.345	315.123	0,4%
EBITDA / LAJIDA	173.333	4.666	3614,8%	613.716	197.276	211,1%
Provisões para Riscos Legais	(46.329)	191.743	-124,2%	(48.404)	355.136	-113,6%
Reversão de provisão para redução a	(62.652)	(163.593)	-61,7%	(62.652)	(163.593)	-61,7%
EBITDA / LAJIDA AJUSTADO	64.352	32.816	96,1%	502.660	388.819	29,3%
Margem EBITDA Ajustado	31,1%	49,8%	-0,4 p.p.	30,8%	26,3%	4,4 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado líquido financeiro registrado pela Companhia no **4T18** foi uma receita de **R\$ 29 milhões** comparado com uma despesa de R\$ 14 milhões em 4T17. No ano de 2018, o resultado foi uma despesa de R\$ 13 milhões comparado com uma receita de R\$ 50 milhões em 2017.

Em 2018, as **Receitas Financeiras** somaram **R\$ 136,0 milhões**, 26,3% inferior aos R\$ 184,4 milhões de 2017, devido principalmente à redução nos rendimentos de aplicações financeiras e da atualização do saldo de depósitos judiciais. O **Total das Despesas Financeiras** no ano, incluindo Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras, foi de **R\$ 149,1 milhões**, 11,6% superior ao mesmo período de 2017.

Ainda no ano de 2018, as **Variações Monetárias e Cambiais Líquidas** somaram o valor negativo de **R\$ 112,6 milhões**, contra um valor também negativo de R\$ 58,3 milhões em 2017.

	4T18	4T17	Var.	2018	2017	Var.
RECEITAS FINANCEIRAS	47.949	28.090	70,7%	136.015	184.439	-26,3%
DESPEAS FINANCEIRAS	(18.669)	(42.926)	-56,5%	(149.100)	(133.596)	11,6%
ENCARGOS DE DÍVIDAS	(4.653)	(7.389)	-37,0%	(23.784)	(33.979)	-30,0%
DESPEAS FINANCEIRAS	(2.516)	(16.566)	-84,8%	(12.641)	(41.302)	-69,4%
VAR. MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS	(11.500)	(18.971)	-39,4%	(112.675)	(58.315)	93,2%
RESULTADO FINANCEIRO	29.280	(14.836)	-	(13.085)	50.843	-

RESULTADO LÍQUIDO

No 4T18 o **Lucro Líquido** foi de **R\$ 59,2 milhões**, contra um **Prejuízo Líquido** de **R\$ 132,0 milhões** no 4T17. No acumulado de 2018, foi registrado um **Lucro Líquido** de **R\$ 294,4 milhões**, contra um **Prejuízo Líquido** de **R\$ 168,5 milhões** no exercício anterior.

DIVIDENDOS

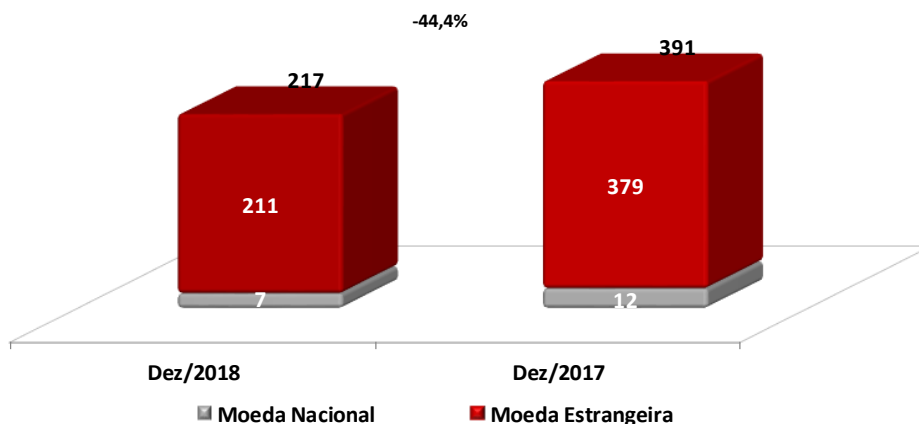
A Administração submeterá à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em 29 de abril de 2019, a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 297,3 milhões, da seguinte forma:

Descrição	R\$ mi	Dividendo por Ação
ON	96.791	R\$ 0,8866
PNA	13.477	R\$ 1,8245
PNB	187.032	R\$ 0,8866
Total	297.300	

ENDIVIDAMENTO

O Caixa Líquido da Companhia ao final de 2018 era de **R\$ 196 milhões**, composto por disponibilidades de R\$ 410,1 milhões e Dívida Financeira de R\$ 217 milhões.

A **Dívida Financeira** ao final de 2018 era de **R\$ 217 milhões**, 44,4% inferior a ao final de 2017 (R\$ 391,1 milhões).



A dívida em moeda estrangeira era de **US\$ 54,2 milhões** ao final de 2018, incluindo encargos incorridos até a data, contra US\$ 114,5 milhões ao final de 2017.

Posição da Dívida em (Em R\$ mil)	31/12/2018			31/12/2017		
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Var. %
Moeda Estrangeira	707	209.128	1.047	210.882	378.777	-44,3%
BNDES	615	209.128	-	209.743	377.764	-44,5%
Outras Instituições	92	-	1.047	1.139	1.013	12,4%
Moeda Nacional	2	4.719	33	4.754	9.907	-52,0%
ELETROBRÁS	2	4.719	33	4.754	9.907	-52,0%
Outras Dívidas	-	207	1.763	1.970	1.957	0,7%
Entidade de Previdência a empregados	-	207	1.763	1.970	1.957	0,7%
Total da Dívida Financeira (1)	709	214.054	2.843	217.606	390.641	-44,3%
Recursos (2)	-	410.886	-	410.886	310.536	32,3%
Disponibilidades	-	410.886	-	410.886	310.536	32,3%
TOTAL LÍQUIDO (1) - (2)	709	(196.832)	2.843	(193.280)	80.105	-

Nota: contratos de dívida com a Fundação Cesp que, com base na avaliação atuarial realizada por atuário independente, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33, apresentaram saldo zero no passivo circulante e não circulante em 31/12/2018 e 31/12/2017.

MERCADO DE CAPITAIS

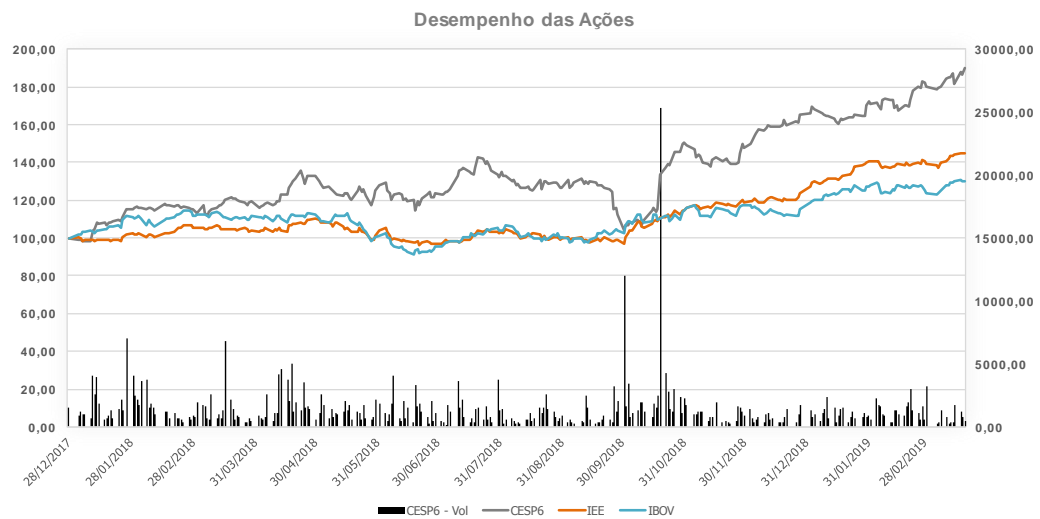
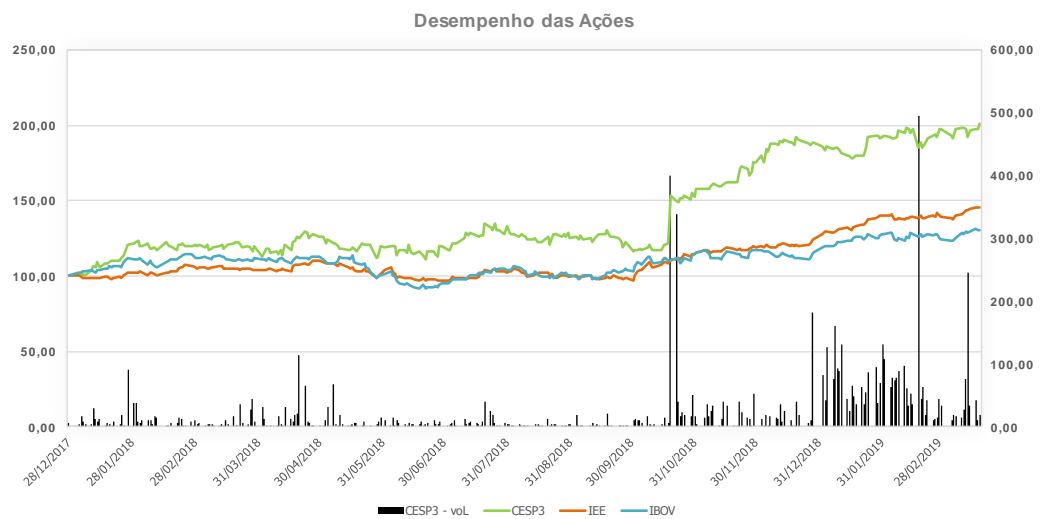
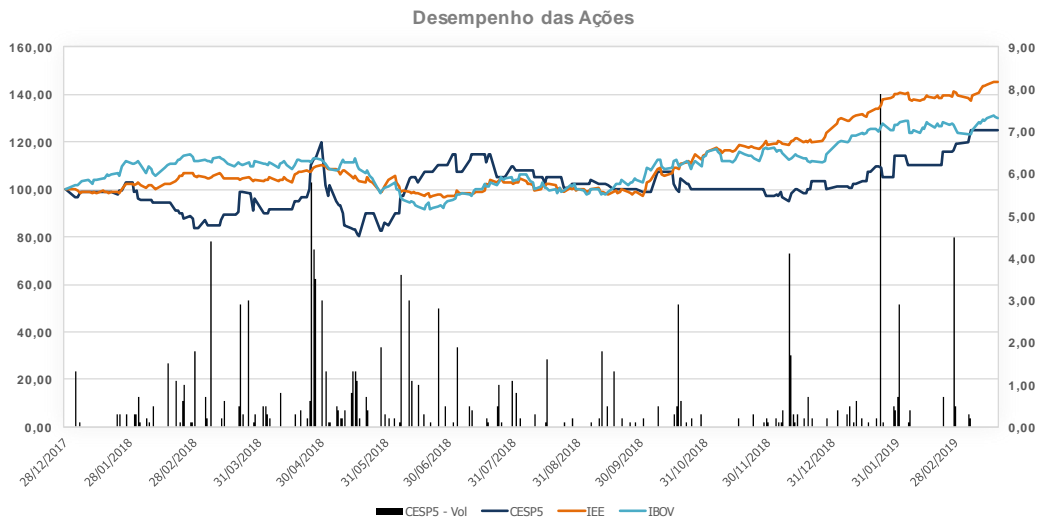
As ações Preferenciais Classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia e que são as mais negociadas, registraram uma valorização de 65,15% no ano de 2018. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, encerraram o ano com valorização de preço de 88,56%. As Preferenciais Classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, alcançaram uma valorização de 0,005%.

Já o IEE (Índice de Energia Elétrica) encerrou o ano de 2018 com uma oscilação positiva de 24,0% e o IBOVESPA apresentou uma alta de 15,0%

A tabela abaixo apresenta as cotações de fechamento e o valor de mercado da CESP no último pregão de dezembro de 2017 e dezembro de 2018, bem como o total de pontos dos índices IBOVESPA e IEE, nas mesmas datas

Ação / Índice	Fechamento Dezembro/2018	Fechamento Dezembro/2017	Var. %	Número de Ações (mil)	Valor de Mercado (R\$ mil) Setembro/2018
CESP3 - ON	20,95	11,11	88,6%	109.168	2.287.065
CESP5 - PNA	20,01	20,00	0,1%	7.386	147.800
CESP6 - PNB	21,80	13,20	65,2%	210.949	4.598.678
TOTAL CESP				327.503	7.033.544
IBOV	87.887	76.402	15,0%		
IEE	49.266	39.732	24,0%		

DESEMPENHO DAS AÇÕES



ANEXOS

Demonstração dos Resultados (Detalhado) - R\$ mil	4T18	4T17	Var.	2018	2017	Var.
RECEITA OPERACIONAL	502.647	455.955	10,2%	1.927.319	1.749.960	10,1%
Fornecimento de energia	222.641	180.384	23,4%	788.540	672.640	17,2%
Suprimento de energia - Contratos	130.463	147.376	-11,5%	552.474	569.619	-3,0%
Suprimento de energia - Leilões	122.155	116.425	4,9%	463.076	448.408	3,3%
Energia de curto prazo	26.760	11.161	139,8%	120.648	55.002	119,4%
Suprimento de energia regime de Cotas	-	-	-	-	1.016	-
Outras receitas	628	609	3,1%	2.581	3.275	-21,2%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(94.549)	(61.689)	53,3%	(293.209)	(273.345)	7,3%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(32.261)	(3.561)	806,0%	(54.714)	(47.573)	15,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.075)	(3.937)	3,5%	(16.319)	(14.738)	10,7%
Imposto sobre serviços - ISS	(35)	(32)	9,4%	(132)	(168)	-21,4%
COFINS sobre receitas operacionais	(36.815)	(33.851)	8,8%	(140.460)	(129.971)	8,1%
PIS sobre receitas operacionais	(7.991)	(7.349)	8,7%	(30.493)	(28.217)	8,1%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(12.588)	(12.229)	2,9%	(48.063)	(47.881)	0,4%
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE	(784)	(730)	7,4%	(3.028)	(4.797)	-36,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	408.098	394.266	3,5%	1.634.110	1.476.615	10,7%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Custo com Energia Elétrica	(269.005)	(283.596)	-5,1%	(866.112)	(816.182)	6,1%
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema	(31.648)	(30.729)	3,0%	(125.805)	(120.852)	4,1%
Energia comprada	(261.615)	(258.805)	1,1%	(819.071)	(712.985)	14,9%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede e energia comprada	24.258	5.938	308,5%	78.764	17.655	346,1%
Custo com operação	(95.165)	(92.992)	2,3%	(376.497)	(368.757)	2,1%
Pessoal	(6.977)	(6.437)	8,4%	(24.570)	(24.041)	2,2%
PDV - Programa de demissão voluntária	-	-	-	-	(2.868)	-
Material	(1.037)	(618)	67,8%	(2.839)	(2.342)	21,2%
Serviços de terceiros	(6.195)	(6.319)	-2,0%	(23.330)	(22.118)	5,5%
Entidade de Previdência Privada	(2.582)	(1.063)	142,9%	(10.330)	(4.254)	142,8%
Depreciação geração	(77.046)	(78.531)	-1,9%	(308.993)	(309.442)	-0,1%
Outras despesas	(1.328)	(24)	5433,3%	(6.435)	(3.692)	74,3%
Total	(364.170)	(376.588)	-3,3%	(1.242.609)	(1.184.939)	4,9%
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	43.928	17.678	148,5%	391.501	291.676	34,2%
Despesas Operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(49.209)	(46.456)	5,9%	(171.864)	(182.667)	-5,9%
Outras despesas operacionais	98.907	(28.812)	-	112.092	(203.054)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	772	(17.926)	-	(34.358)	(23.802)	44,3%
Total	50.470	(93.194)	-	(94.130)	(409.523)	-77,0%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	94.398	(75.516)	-	297.371	(117.847)	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS						
Receitas financeiras	47.949	28.090	70,7%	136.015	184.439	-26,3%
Despesas financeiras	(18.669)	(42.926)	-56,5%	(149.100)	(133.596)	11,6%
RESULTADO FINANCEIRO	29.280	(14.836)	-137,69%	(13.085)	50.843	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIB. SOCIAL	123.678	(90.352)	-	284.286	(67.004)	-
Imposto de renda - corrente	-	20.051	-	-	-	-
Contribuição social - corrente	-	9.767	-	-	-	-
Imposto de renda diferido	(47.126)	(49.368)	-0,004,5%	7.706	(71.102)	-
Contribuição social diferida	(17.299)	(22.134)	-21,8%	2.441	(30.422)	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(64.425)	(41.684)	54,6%	10.147	(101.524)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	59.253	(132.036)	-	294.433	(168.528)	-
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,18	(0,40)	-	0,90	(0,51)	-

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	854.999	677.261
Caixa e equivalentes de caixa	410.886	310.536
Valores a receber	240.802	196.465
Tributos e contribuições sociais compensáveis	79.203	60.995
Despesas pagas antecipadamente	15.580	15.763
Outros créditos	108.528	93.502
NÃO CIRCULANTE	9.471.501	10.454.276
Cauções e depósitos vinculados	536.254	1.262.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	579.226	583.165
Almoxarifado	4.302	3.584
Despesas pagas antecipadamente	7.511	22.532
Outros créditos	1.361	1.478
Ativo disponível para reversão	1.949.430	1.949.430
Ativo intangível	36.800	39.860
Imobilizado	6.356.617	6.592.199
TOTAL DO ATIVO	10.326.500	11.131.537

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	884.398	741.110
Fornecedores	7.595	14.421
Energia comprada para revenda	167.822	200.117
Empréstimos e financiamentos	214.556	204.532
Tributos e contribuições sociais	19.061	36.626
Encargos setoriais	141.742	187.695
Dividendos e juros sobre capital próprio	298.750	27.023
Obrigações estimadas e folha de pagamento	25.211	23.136
Outras obrigações	9.661	47.560
NÃO CIRCULANTE	2.340.036	3.275.862
Empréstimos e financiamentos	1.080	184.152
Encargos setoriais	35.852	1.466
Provisão para riscos legais	2.156.162	2.950.766
Obrigações socioambientais	72.915	104.895
Outras obrigações	74.027	34.583
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.102.066	7.114.565
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Ajustes de avaliação patrimonial	(976.752)	(997.645)
Outros resultados abrangentes	(380.301)	(370.669)
Reservas de lucros	554.588	578.348
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.326.500	11.131.537

GLOSSÁRIO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

ACL - Ambiente de Contratação Livre. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados entre geradoras, comercializadoras e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. Os agentes de distribuição (distribuidoras) não podem comprar nesse ambiente.

ACR - Ambiente de Contratação Regulada – O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

Agente: Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – Concessionária, autorizada, ou permissionária de serviços e instalações de energia elétrica, comercializadoras e consumidores livres, integrantes da CCEE e sujeitos às obrigações e direitos previstos na Convenção, nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica – Órgão regulador do setor elétrico brasileiro. Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, criada pela Lei 9.427 de 26 de Dezembro de 1996. Tem como atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores e assegurar a universalização dos serviços.

Capacidade Instalada (Potência Instalada) - Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). É no ambiente da CCEE que mensalmente todos os agentes prestam contas de seus direitos de energia, e que se contabilizam os movimentos de energia elétrica.

Contrato de Concessão – Instrumento legal celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, formalizador da concessão, e que deverá ter cláusulas essenciais, entre outras, as relativas ao objeto, área e prazo, bem como as principais condições da prestação do serviço público.

EBIT e EBITDA - Definidos pelas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 527/2012.

Energia de Curto Prazo – É a energia contabilizada pela CCEE decorrente das diferenças entre o que foi produzido ou consumido e o que foi contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Fator de Ajuste de Garantia Física (Fator de MRE ou GSF) – Esse fator considera uma redução das energias asseguradas das usinas participantes do MRE, quando o total de energia gerada é inferior ao total da energia assegurada. $GSF = \text{Geração Hidráulica no SIN} / \text{Geração Total no SIN}$. Então um $GSF < 100\%$ indica que as usinas do MRE geraram menos que sua garantia física.

Garantia Física – É a quantidade de energia que um agente está autorizado a comercializar em contratos, como oferta de energia elétrica, medida em megawatts médios (MWMédios). Determinada pela ANEEL como o montante de energia elétrica, em média, que uma usina pode produzir e comercializar em base sustentável 365 dias por ano, com fator de risco de 5%. (substitui o conceito de energia assegurada).

GSF (Generation Scaling Factor) – Vide **Fator de Ajuste de Garantia Física**

Mercado de Curto Prazo - Segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos Agentes.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - Mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional - SIN, no que concerne ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica. Isto significa que eventuais insuficiências de geração de uma Usina, sob comando do ONS, podem ser geradas por outra usina integrante do sistema, visando a otimização do sistema. Essas compensações são remuneradas pela TEO – Tarifa de Energia de Otimização.

ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico – Agente instituído pela Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – Preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade semanal, tendo como base Custo Marginal de Operação, limitado por preços mínimo e máximo, pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo.

Potência instalada – Vide **Capacidade Instalada**.

Rede Básica - Instalações de transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão em tensão igual ou superior a 230 kV, definida segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004.

Regime de Cotas – Mecanismo utilizado para rateio da Garantia física de energia e de potência das Usinas Hidrelétricas, renovadas conforme lei 12.783 (MP 579) e alocadas para as concessionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, conforme a regulamentação específica da ANEEL, visando à modicidade tarifária.

RGR - Reserva Global de Reversão - Trata-se de um encargo pago mensalmente (quota) pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. O valor anual do encargo a ser recolhido equivale a 2,5% do valor do Imobilizado vinculado à prestação do serviço de eletricidade, sendo limitado a 3,0% de sua receita anual.

SIN – Sistema Interligado Nacional - Instalações eletricamente interligadas, compreendendo usinas, instalações de transmissão, responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país, abrangendo 97% do consumo brasileiro.

Suprimento de Energia - venda de energia a distribuidoras e comercializadoras, para revenda a seus clientes.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – Instrumento jurídico firmado entre responsáveis por determinadas ações ou providências (no caso, a CESP), e o Ministério Público (federal, estaduais ou municipais), na defesa de *interesse difuso ou coletivo*. Em geral refere-se à prevenção, mitigação ou recuperação do meio ambiente, por meio da fixação de obrigações e condicionantes técnicas.

AVISO LEGAL

As afirmações contidas neste documento relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às perspectivas de crescimento da CESP são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da administração sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.